

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
1ª VARA FEDERAL E JEF CRIMINAL
DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL
Travessa Ministro Luiz Gallotti, nº 60 - Centro CEP 89253-035
Fone: 47.3274.1000, Ramal: 1052 ou 1043; scjar01@ifsc.jus.br
Horário de atendimento ao público: 13 às 18 horas

EDITAL DE 1º E 2º LEILÕES E INTIMAÇÃO

O EXCELENTÍSSIMO DOUTOR JOSEANO MACIEL CORDEIRO, JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO, DA 1ª VARA FEDERAL DE JARAGUÁ DO SUL, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que a 1ª Vara Federal de Jaraguá do Sul/SC levará à venda em arrematação pública, na modalidade presencial, nas datas, local, horário e sob as condições adiante descritas, os bens penhorados nos processos abaixo relacionados:

1º Leilão: Dia 31/07/2018, às 13h30 (treze e trinta) horas. Por valor determinado pelo Juiz, ou no silêncio, presumisse o da avaliação.

2º Leilão: Dia 31/07/2018, às 14h00 (quatorze) horas, A quem mais ofertar, desde que não inferior a 50% da avaliação. (ART. 891 CPC).

Local do Leilão: Prédio da Justiça Federal – (sala de treinamentos). Travessa Ministro Luiz Gallotti, nº 60, Centro, CEP 89253-035, fone: 47.3274.1000, Ramal: 1052 ou 1043, Jaraguá do Sul /SC.

Leiloeiro Nomeado: Sandro Luis de Souza, telefones: 47.3028.5050 / 47.3436.5050, (site: www.santacatarinaleiloes.com.br), e-mail: sandro@santacatarinaleiloes.com.br.

Ônus dos Arrematantes: Cabe aos arrematantes o pagamento de:

Comissão do leiloeiro, estabelecida em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação.

Custas judiciais, no montante de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do lance, nos termos da Lei 9.289/96 (Regimento de Custas da Justiça Federal) respeitados os limites mínimo de R\$ 10,64 (Dez reais e sessenta e quatro centavos) e máximo de R\$ 1.915,38 (Um mil, novecentos e quinze reais, e trinta e oito centavos).

Em caso de arrematação de bem imóvel, antes de ser expedida a carta de arrematação, **deverá o arrematante pagar o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI e, após, entregar o comprovante juntamente com a carta para o registrador de imóveis**, a teor do § 2º do artigo 901 do Novo Código de Processo Civil.

Custas cartorárias, que produzam ou cancelam atos notariais ou registrais, serão suportadas pelo arrematante, nos termos do Provimento 14/2008 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Despesas relativas à remoção dos bens arrematados, devendo o arrematante providenciar os meios para a remoção.

Advertências Especiais:

SANDRO LUIS DE SOUZA – Leiloeiro Público Oficial - matrícula AARC/220
Santa Catarina Leilões – Rua Eurico Fontes, 89, sala 06, Centro, Gaspar-SC – 89110-000
Site www.santacatarinaleiloes.com.br e-mail sandro@santacatarinaleiloes.com.br
Correspondências para Caixa Postal 2 – CEP 89110-970 – Gaspar/SC

Fone/Fax: (47) 3436-5050

O Leiloeiro Oficial tem Fé Pública nos atos que praticar.

Fica o executado (s) intimado (s) através deste Edital, caso não possua advogado constituído, ou não possa (m) ser localizado (s), nos moldes do (Artigo 889 § Único do NCPC).

O credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, que não seja de qualquer modo parte na execução, o coproprietário de bem indivisível do qual tenha sido penhorada fração ideal, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o proprietário do terreno submetido ao regime de direito de superfície, o promitente comprador, quando a penhora recair sobre bem em relação ao qual haja promessa de compra e venda registrada, o promitente vendedor, quando a penhora recair sobre direito aquisitivo derivado de promessa de compra e venda registrada, a União, o Estado e o Município, no caso de alienação de bem tombado, que não foram intimados pessoalmente, ficam neste ato intimados da realização dos respectivos praças/leilões (art. 889, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII do NCPC).

Não ocorrendo à venda ou adjudicação na primeira data, será levado à segunda oportunidade, conforme data e horário supra, onde haverá a alienação a quem mais ofertar (art. 886, V, do NCPC), desde que não a preço vil. Considera-se vil o preço inferior ao mínimo estipulado pelo juiz e constante do edital, e, não tendo sido fixado preço mínimo, considera-se vil o preço inferior a cinquenta por cento do valor da avaliação. (art. 891, § Único do NCPC).

No caso de adjudicação ou alienação, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência; (arts. 130, § único, do CTN, e 908, § 1º do NCPC), sujeitando-se, entretanto, a eventuais outros ônus existentes sobre cada bem.

Os bens encontram-se nos locais indicados no edital legal e ou, no auto de penhora.

Compete ao interessado na arrematação a verificação do estado de conservação dos bens, bem como, de eventuais restrições para construção averbadas ou não na matrícula ou para construções futuras, quando se tratar de bens imóveis.

Os bens podem ser arrematados separadamente (desde que isso não implique, por ventura, a violação de embalagens dos produtos); dar-se-á preferência, entretanto, ao lance que englobar todo o lote, (artigo 893 do NCPC);

No caso da arrematação vir a ser tornada sem efeito por não haver o arrematante pago o preço, o ato será considerado como atentatório ao exercício da jurisdição, nos termos do inc. IV do art. 77 do CPC, e arcará o arrematante com multa de 5% do valor da arrematação, bem como os honorários do leiloeiro e das custas judiciais, nos termos do parágrafo segundo do art. 77 do CPC.

Se o arrematante ou seu fiador não pagar o preço no prazo estabelecido, o Juiz impor-lhe-á, em favor do exeqüente, a perda da caução, voltando os bens a nova praça ou leilão, dos quais não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remisso, art. 897 do Novo Código de Processo Civil.

Em caso de desistência da arrematação pelo arrematante em virtude do oferecimento de embargos ou pela propositura de ação autônoma, o leiloeiro será obrigado a devolver o valor da comissão paga no prazo de 15 (quinze) dias.

Em caso de extinção da demanda face ao pagamento do débito exeqüendo; suspensão do feito face eventual parcelamento, impugnação a (re)avaliação, após a publicação do edital, fará jus o



leiloeiro à remuneração equivalente a 1% (um por cento), calculada sobre o valor atualizado da execução ou da avaliação judicial, o que for menor.

Antes de adjudicados ou alienados os bens, pode o executado, a todo tempo, remir a execução, pagando ou consignando a importância atualizada da dívida, acrescida de juros, custas e honorários advocatícios (art. 826 do NCPC):

Assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, **ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º do artigo 903 do NCPC**, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos. (art. 903, caput, do NCPC)

As arrematações nos processos em que constar como ônus, recurso pendente de julgamento nos tribunais, estão sujeitas a desfazimento, a depender do conteúdo do julgado. Nesses processos, a arrematação permitirá a transferência do domínio ao arrematante, permanecendo os valores do preço e os pagos a título de honorários de leiloeiro depositados em juízo, em garantia à arrematação, até que os recursos transitem em julgado. Havendo desfazimento da arrematação, serão devolvidos ao arrematante os valores depositados.

Certas informações nos processos, como Depositário/Localização do bem, ônus e valor da arrematação passível de parcelamento, estão sujeitas a modificação, em função das peculiaridades do processo e da juntada aos autos de novas informações relativas aos bens. Informações atualizadas podem ser obtidas na Secretaria da Vara, no site <http://www.ifsc.jus.br/>, ou com o próprio leiloeiro, no momento em que for apreçoado o bem.

Da Venda Direta:

Não ocorrendo a arrematação dos bens em hasta pública, **FICA AUTORIZADA A VENDA DIRETA A PARTICULAR**, na forma do Provimento nº 17, de 15/03/2013, da Corregedoria Geral da Justiça Federal da 4ª Região, nos termos do art. 367, § 2º, por valor não inferior a 50% (cinquenta por cento) da avaliação e pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, que se inicia após o decurso de prazo de 05 (cinco) dias úteis, à contar da realização do segundo leilão.

Na hipótese de venda direta, ao leiloeiro nomeado caberá intermediar a alienação, com comissão máxima fixada em 5% (cinco por cento). Em se tratando de venda direta, a intenção de pagamento parcelado deverá ser dirigida ao Juiz.

Da Arrematação: (regras pós arrematação).

Em se tratando de pessoa jurídica, por ocasião da arrematação deverá apresentar cópia de seu ato constitutivo, devidamente atualizado, em que conste a quem cabe a sua representação com os poderes inerentes ao ato de arrematação ou no prazo de 15 (quinze) dias.

A Carta de Arrematação/ordem de entrega será expedida após:

O decurso do prazo para oposição de embargos do executado, artigo 903, § 3º do NCPC;
A comprovação do pagamento do lance (para arrematação à vista), ou, pagamento em dia das parcelas (para arrematação parcelada);
O pagamento das custas e dos honorários do leiloeiro;
O decurso de prazo de 30 dias para as partes se manifestarem, quando se tratar de venda direta.



O depositário entregará o bem ao arrematante, quando se tratar de bem móvel, somente com a apresentação da ordem de entrega pelo arrematante, na presença do oficial de justiça deste juízo, devendo o arrematante agendar data e horário com o oficial de justiça, afim de que este possa certificar a efetivação da transmissão.

Formas de pagamento:

À VISTA:

Salvo pronunciamento judicial em sentido diverso, o pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico, (artigo 892 do NCPC).

PARCELADA NOS TERMOS DO ARTIGO 895 DO NCPC:

Conforme o artigo 895 do NCPC prevê, seguem as condições de pagamento de forma parcelada:

Art. 895. O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:

I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;

II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil.

§ 1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.

§ 2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo.

§ 3º (VETADO).

§ 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

§ 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

§ 6º A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão.

§ 7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado.

§ 8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado:

I - em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor;

II - em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar.



§ 9º No caso de arrematação a prazo, os pagamentos feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado.

O pagamento do preço se fará por depósito bancário na Caixa Econômica Federal, agência **2714 - PAB Justiça Federal de Jaraguá do Sul/SC**, em conta a ser aberta pelo arrematante com esse fim.

Processos:

01) Execução de Título Extrajudicial nº 5003910-82.2012.4.04.7209 e apenso
Exequente: Caixa Econômica Federal - CEF
Executado: Joaquim Blachechen; Marli de Paula; Mercado D' Paula Ltda. ME

Bem(ns) penhorado(s): 01 01 (uma) camioneta Fiat/Fiorino 1.0, placas MCG 8270, RENAVAM 546679897, fabricação/modelo 1994/1994, cor branca, gasolina/GNV, **avaliado em: R\$ 3.500,00** (três mil e quinhentos reais) em 19/06/2018.

Localização do(s) bem(ns): Rua Vereador Cantalício Érico Flores, 1.100, Barro Branco, Guarimirim/SC.

Depositário(a): Joaquim Blachechen.

Ônus: Débitos em aberto junto ao Detran/SC no valor de R\$ 1.371,00 em 18/06/2018.

02) Cumprimento de Sentença nº 5001431-82.2013.4.04.7209 e apenso
Exequente: Caixa Econômica Federal - CEF
Executado: Mercado D' Paula Ltda. ME; Joaquim Blachechen; Marli de Paula

Bem(ns) penhorado(s): 01 01 (uma) camioneta Fiat/Fiorino 1.0, placas MCG 8270, RENAVAM 546679897, fabricação/modelo 1994/1994, cor branca, gasolina/GNV, **avaliado em: R\$ 7.416,00** (sete mil, quatrocentos e dezesseis reais) em 10/01/2017.

Localização do(s) bem(ns): Rua Vereador Cantalício Érico Flores, 1.100, Barro Branco, Guarimirim/SC.

Depositário(a): Joaquim Blachechen.

Ônus: Débitos em aberto junto ao Detran/SC no valor de R\$ 1.371,00 em 18/06/2018.

03) Execução de Título Extrajudicial nº 5002284-23.2015.4.04.7209
Exequente: Caixa Econômica Federal - CEF
Executado: MLX Indústria Têxtil Eireli; Renato Koslowski
Valor da dívida: R\$ 77.625,53 em 06/2015

Bem(ns) penhorado(s): 01 01 (um) Prensa Térmica Metalnox, sem plaqueta de identificação, **avaliado em: R\$ 2.400,00** (dois mil e quatrocentos reais) em 04/04/2017.

02) 01 (uma) Rebitadeira para ilhós, sem plaqueta de identificação, **avaliado em: R\$ 500,00** (quinhentos reais) em 04/04/2017.

03) 01 (uma) Máq. Ultrassônica p/ fixar, pedras sem plaqueta de identificação, **avaliado em: R\$ 9.000,00** (nove mil reais) em 04/04/2017.

04) 03 (três) máquinas de costura drapeado (Singer Pumal Nissin 555), **avaliado em: R\$ 3.600,00** (três mil e seiscentos reais) em 04/04/2017.



05) 03 (três) máquinas de costura tipo interlock Zoje, **avaliado em:** R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em 04/04/2017.

06) 01 (uma) máquina de costura tipo Roletê Omnitex, **avaliado em:** R\$ 800,00 (oitocentos reais) em 04/04/2017.

07) 01 (uma) máquina de costura tipo catraca Siruba, modelo VC008, **avaliado em:** R\$ 8.000,00 (oito mil reais) em 04/04/2017.

08) 01 (uma) máquina de costura tipo interlock Kingtex, **avaliado em:** R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em 04/04/2017.

09) 04 (quatro) máquinas de costura tipo cobertura Zoje, **avaliado em:** R\$ 8.000,00 (oito mil reais) em 04/04/2017.

10) 03 (três) máquinas de costura tipo overlock Zoje, **avaliado em:** R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) em 04/04/2017.

11) 01 (uma) máquina de costura tipo reta Zoje, **avaliado em:** R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) em 04/04/2017.

12) 01 (uma) máquina de costura tipo cobertura Sansei, **avaliado em:** R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em 04/04/2017.

13) 01 (uma) máquina de costura tipo zig zag Zoje, modelo ZJ 2290, **avaliado em:** R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em 04/04/2017.

14) 01 (uma) máquina de costura tipo reta Westman, **avaliado em:** R\$ 1.000,00 (um mil reais) em 04/04/2017.

15) 01 (uma) enfiadeira para malha Zusper, modelo EFM AB, **avaliado em:** R\$ 3.000,00 (três mil reais) em 04/04/2017.

Total da avaliação R\$ 62.300,00 (sessenta e dois mil e trezentos reais).

Localização do(s) bem(ns): BR 280, Km 54, Avaí, Guaramirim/SC.

Depositário(a): Renato Koslowski.

Ônus: Agravo de instrumento 5044069-24.2016.4.04.0000/TRF.

04) Cumprimento de Sentença nº 5006412-18.2017.4.04.7209

Exequente: Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Executado: Wiest S/A

Bem(ns) penhorado(s): 01) Terreno em Jaraguá do Sul/SC, no lado par da 590-Rua Erwino Menegotti, bairro Água Verde, com área de 38.864,46m², fazendo frente em 116,80m com a Rua 590-Erwino Menegotti, travessão dos fundos em 4 linhas, a 1ª de 88,00m, a 2ª de 86,00m, a 3ª de 60,00m e a 4ª de 57,30m com terras excedentes marginais ao Rio Itapocu (margem direita), estremando pelo lado direito em 8 linhas, a 1ª de 24,00m com terras de Guido Schmauch, a 2ª de 13,20m, a 3ª de 32,27m, a 4ª de 22,85m, a 5ª de 13,85m, a 6ª de 4,50m, a 7ª de 19,00m, estas com terras de Walfrido Schmauch e Osmar Kanzler e a 8ª de 149,00m, com terras de Momfort S/A, e pelo lado esquerdo em 5 linhas, a 1ª de 38,20m a 2ª de 20,70m, a 3ª de 91,65m, a 4ª de 42,90m e a 5ª de 20,60m, estas com terras de SAMAE. De acordo com o inciso III do art. 4º da Lei Federal 6.766/79, acha-se gravado com faixa "non aedificandi" de 15,00m de largura, a partir do mencionado curso d'água. Edificado com um galpão industrial

SANDRO LUIS DE SOUZA – Leiloeiro Oficial – matrícula JUCESC AARC/220
Santa Catarina Leilões – Caixa Postal 2 – CEP 89110-970 – Gaspar/SC
Site www.santacatarinaleiloes.com.br e-mail sandro@santacatarinaleiloes.com.br



47. 3436-5050 / 47.3028.5050

em alvenaria, com área de 336,00m², construído em 1983; um galpão industrial em alvenaria com área de 300,00m², construído em 1986; uma construção industrial em alvenaria com área de 693,40m², construída em 1995; um prédio de alvenaria, com área de 2.744,48m², construído em 1965; um prédio em alvenaria com área de 320,41m², construído em 1965; um prédio de madeira com área de 49,50m², construído em 1965, um galpão industrial em alvenaria com área de 453,60m², construído em 1978; um galpão industrial em alvenaria com área de 144,00m², construído em 1979; uma ampliação industrial em alvenaria com área de 288,00m², construída em 1979; uma ampliação industrial em alvenaria com área de 566,40m², construída em 1979; 02 galpões industriais em alvenaria com área de 1.464,00m², construídos em 1981; uma ampliação vertical em alvenaria (galpão industrial) com área de 168,00m², construída em 1985; uma casa residencial de alvenaria com área de 108,00m², construída em 1971; uma ampliação de alvenaria com área de 38,00m², construída em 1971; um galpão industrial em alvenaria com área de 308,00m, construído em 1983; uma ampliação horizontal de galpão industrial em alvenaria com área de 924,00m², construída em 1985. Cadastrado na PMJS/SC sob nº 29.671, matrícula nº 32.395 do CRI da Comarca de Jaraguá do Sul/SC, **avaliado em:** R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) em 06/12/2016. **OBS:** Consoante informações prestadas pela Sra. Miriam, pertencente ao quadro do Setor de Cadastro Técnico da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, existem as seguintes construções no imóvel objeto de penhora: 8.640,25m² (indústria), 1.108,38m² (galpão), 151,20m² (garagens), 23,15m (escritório), 787,86m² (telheiro), 120,00m² (galpão) e 193,00m² (casa). Outrossim, segundo ela, os dados foram atualizados em Agosto de 2015.

Localização do(s) bem(ns): No local.

Depositário(a): Jamiro Wiest Júnior.

Ônus: Ação de desapropriação 0302582-16.2018.8.24.0036 da Vara da Fazenda Pública de Jaraguá do Sul/SC. Pendentes de registro ainda constam: Contrato de Locação celebrado entre Wiest e Elton John da Silva Ribeiro, ofício 240.226 em 10/06/2015; Mandado de penhora nos autos 5022689-41.2014.4.04.7201 expedido pela 5ª Vara Federal de Joinville/SC, ofício 266.079 em 21/09/2017; Contrato de locação celebrado entre Wiest e Ildo Domingos Vargas, ofício 273.377 em 14/05/2018. **Gravames inscrições:** R-9-32.395 Arrolamento de bens à Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville/SC. AV-14-32.395 Indisponibilidade autos 2009.72.01.002100-9 da Vara Federal das Execuções Fiscais de Joinville/SC. AV-25-32.395 Desapropriação da área de 1.628,37m² em favor do Município de Jaraguá do Sul/SC, autos 036.05.008758-0, da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Jaraguá do Sul/SC. R-26-32.395 Sequestro de bens, autos 036.12.000447-5, promovida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina. AV-32-32.395 Ação de desapropriação com pedido de liminar, autos 0301960-73.2014.8.24.0036 da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Jaraguá do Sul/SC. **Hipoteca inscrição:** R-1-32.395 ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. **Penhoras inscrições:** R-3-32.395 autos 2004.72.09.000855-8 da Vara Federal de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES; R-4-32.395 autos RT 00190-2008-046-12-00-2 da 2ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente Newton Massashi Kuriyama; R-5-32.395 autos AIND 00460-2006-019-12-00-0 da 1ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente Mário Silvério da Silva; R-6-32.395 autos CPEX 02444-2008-046-12-00-7 da 2ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente Nigéria Maria Domingues Ferreira; R-7-32.395 autos RT 00189-2008-019-12-00-5 da 1ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente Willibaldo Backes; R-8-32.395 autos AIND 03787-2005-019-12-00-3 da 1ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente Marcos Torquato Alves; R-10-32.395 autos CPEX 02229-2008-046-12-00-6 da 2ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente Franklin Galvão; R-12-32.395 autos 036.08.007350-1 da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente o Estado de Santa Catarina; R-13-32.395 autos CPEX 00307-2009-019-12-00-6 da 1ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente Aparecido Laurindo Leite; R-15-32.395 autos AT 04044-2005-046-12-00-3

SANDRO LUIS DE SOUZA – Leiloeiro Oficial – matrícula JUCESC AARC/220
Santa Catarina Leilões – Caixa Postal 2 – CEP 89110-970 – Gaspar/SC
Site www.santacatarinaleiloes.com.br e-mail sandro@santacatarinaleiloes.com.br



47. 3436-5050 / 47.3028.5050

da 2ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente Luiz dos Santos; R-16-32.395 autos RT 01248-2008-046-12-00-5 da 2ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente Gilson Luiz Demarchi; R-17-32.395 autos RT 01330-2008-046-12-00-0 da 2ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente Tarcísio Witkosky; R-18-32.395 autos RT 01978-2007-019-12-00-2 da 1ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente César Alexandre Pasold; R-19-32.395 autos RT 02482-2008-046-12-00-0 da 2ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente Márcio Betim Carvalho; R-20-32.395 autos CPEX 02483-2009-046-12-00-5 da 2ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente Haroldo Gula; R-21-32.395 autos RT 02419-2008-046-12-00-3 da 2ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente Volmar José Pantaleão; R-22-32.395 autos RT 02401-2008-046-12-00-1 da 2ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente Rômulo Rafael da Costa; R-23-32.395 autos CPEX 00531-2010-019-12-00-1 da 1ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente a União; R-24-32.395 autos RT 02480-2008-019-12-00-8 da 1ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente Michael Avelino Franco; R-28-32.395 autos 2001.72.09.003370-9 da 1ª Vara Federal de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente a Caixa Econômica Federal – CEF; R-29-32.395 autos CartPrec 0003099-59.2012.5.12.0046 da 2ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente a União; R-30-32.395 autos AINDAT 02603-2009-019-12-00-1 da 1ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente Marcos Antônio Bezerra; R-31-32.395 autos 2007-72.01.003185-7 da 5ª Vara Federal de Joinville/SC, onde é exequente a Fazenda Nacional; R-34-32.395 autos RT 00153-2009-046-12-00-5 da 2ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente Janilse Lucas Mendonça; R-35-32.395 autos 0014940-95.2009.8.24.0038 da Vara Fazenda Pública da Comarca de Joinville/SC, onde é exequente o Estado de Santa Catarina; R-36-32.395 autos 5003841-84.2011.4.04.7209 da 1ª Vara Federal de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; R-37-32.395 autos 5003189-52.2015.4.04.7201 da 5ª Vara Federal de Joinville/SC, onde é exequente a Comissão de Valores Mobiliários – CVM; R-38-32.395 autos 5000609-98.2010.4.04.7209 da 1ª Vara Federal de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; R-39-32.395 autos 5022689-41.2014.4.04.7201 da 5ª Vara Federal de Joinville/SC, onde é exequente a União – Fazenda Nacional e outros; R-40-32.395 autos 5004183-90.2014.4.04.7209 da 1ª Vara Federal de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente a União – Fazenda Nacional; R-41-32.395 autos 5000374-29.2013.4.04.7209 da 1ª Vara Federal de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente a Caixa Econômica Federal – CEF; R-42-32.395 autos 5005365-82.2012.4.04.7209 da 1ª Vara Federal de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/SC.; R-43-32.395 autos 5003103-23.2016.4.04.7209 da 1ª Vara Federal de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente a Fazenda Nacional; R-44-32.395 autos 5001215-82.2017.4.04.7209 da 1ª Vara Federal de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente a Fazenda Nacional; R-45-32.395 autos 5008186-20.2011.4.04.7201 da 5ª Vara Federal de Joinville/SC, onde é exequente o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; R-46-32.395 autos 5001187-61.2010.4.04.7209 da 1ª Vara Federal de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente a Fazenda Nacional; R-47-32.395 autos 5007380-48.2017.4.04.7209 da 1ª Vara Federal de Jaraguá do Sul/SC, onde é exequente a Fazenda Nacional.

E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente edital, que é publicado nesta data de **29/06/2018** no site www.santacatarinaleiloes.com.br, na forma da lei vigente. Maiores informações com o **Leiloeiro Público Oficial SANDRO LUIS DE SOUZA**, telefones: 47.3436.5050 / 47.3028.5050, e-mail sandro@sceleiloes.com.br. Jaraguá do Sul/SC, 29 de Junho de 2018. Eu, Sandro Luis de Souza, Leiloeiro Oficial, o conferi.

Por ser verdade e dou fé, assino o presente EDITAL aos 29/06/2018 (Vinte e nove de junho de dois mil e dezoito).

SANDRO LUIS DE SOUZA – Leiloeiro Oficial – matrícula JUCESC AARC/220
Santa Catarina Leilões – Caixa Postal 2 – CEP 89110-970 – Gaspar/SC
Site www.santacatarinaleiloes.com.br e-mail sandro@santacatarinaleiloes.com.br



47. 3436-5050 / 47.3028.5050

SANDRO LUIS DE SOUZA
Leiloeiro Público Oficial
(Assinado digitalmente)

MM. Juiz Federal Substituto

